



cooperação
alemã

DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

Durchgeführt von:

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

GUIA PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO TREINO SOCIAL



PROMUNDO

EXPEDIENTE

DEUTSCHE GESELLCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT - GIZ

Rua do Russel 450, sala 401 - Glória Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22210-010

Stephan Gortz

Coordenador Projeto Esporte para o Desenvolvimento

Aderlúcia N. Silva

Equipe Revisão Técnica

Instituto Promundo

Rua da Lapa 161, Centro, Rio de Janeiro RJ
CEP 20031-904

Danielle Araújo

Pesquisadora

Norma Sá

Coordenadora de Projetos

Autoras

Gabriel Mayr

Mestre em Educação Física Adaptada

Mauana Simas

Especialista em Acessibilidade Cultural/ UFRJ

Pedro Ivo Silva

Revisão Ortográfica

Lidiane Holanda

Projeto gráfico e Diagramação

ÍNDICE

GUIA PARA INCLUSÃO DE PESSOAS DEFICIENTES NO TREINO SOCIAL

Apresentação / 3

1. Introdução / 6

1.1 População com deficiência no Brasil / 6

1.2 O Desafio de incluir / 7

1.3 Orientações gerais para atender crianças com deficiência / 8

2. Contextualização histórica / 9

2.1 Breve histórico / 9

2.2 Nomenclatura e termos específicos / 10

3. Metodologia STEP/PEET / 11

3.1 O que é Metodologia STEP/PEET? / 11

3.2 Exemplos de atividades adaptadas de acordo com a metodologia STEP / 11

4. Princípios do Treino Social aplicados a crianças com deficiência / 13

Anexo - Instituições de Referência em atividades físicas inclusivas / 15

APRESENTAÇÃO

O Treino Social é uma metodologia esportiva que objetiva o desenvolvimento integral da criança e fornece ferramentas pedagógicas e técnicas a profissionais que trabalham o esporte como meio para o desenvolvimento humano integral, oferecendo uma prática esportiva de qualidade, bem como para a transformação social.

A utilização do Treino Social na prática de atividades esportivas conduz o educador e a educadora a oferecerem mais que atividade física ou de lazer, pois implica responsabilidades e orientação sobre os caminhos que acompanharão a criança até a fase adulta. Acreditamos que o esporte pode contribuir para a formação cidadã de seus praticantes, de maneira que os conteúdos aprendidos com a orientação do/a educador/a durante as atividades esportivas sejam transportados a outras esferas além do local da prática.

O conteúdo deste guia é complementar à Apostila do Treinador - Treino Social, ampliando sua aplicação para outros esportes coletivos, e versa sobre as particularidades e reflexões desportivo-pedagógicas necessárias ao se trabalhar com meninos e meninas na faixa etária entre 6 e 12 anos de idade, ou seja, para os/as que estão se iniciando no esporte. A prática esportiva está integrada aos quatro temas sociais, os mesmos temas abordados na Apostila do Treinador: Meio Ambiente, Saúde, Cultura de Paz e Gênero. Esses temas foram definidos e elaborados com base no Treino Social, mas tratam-se apenas de exemplos, pois no dia a dia dos treinos, outros tantos podem ser trabalhados dentro da perspectiva desta metodologia.

Esperamos que este conteúdo auxilie na execução de um treino de qualidade, respeitando o desenvolvimento motor, emocional, social e cognitivo das crianças participantes, preparando-as tanto para a prática do esporte como para serem cidadãos/ãs participativos/as.

**GUIA PARA INCLUSÃO
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NO TREINO SOCIAL**



1 INTRODUÇÃO

1.1 População com deficiência no Brasil

A população com deficiência no Brasil, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, é de quase 46 milhões de pessoas. Ou seja, 23% dos brasileiros declaram ter algum tipo de deficiência. Trata-se de uma parte bastante significativa do nosso país para qual, nós, educadores e educadoras, precisamos estar prontos para incluirmos em nossas atividades.

As políticas públicas atuais orientam escolas e educadores/as para o ensino inclusivo, mas essa nem sempre foi a forma como a educação de crianças e jovens com deficiência foi pensada no Brasil. No século XIX, ainda no Império, foram fundadas as primeiras instituições de ensino especial de pessoas com deficiência visual e auditiva, onde estudavam apenas crianças com deficiência. Algumas dessas escolas centenárias ainda funcionam regularmente e têm a preferência de muitos pais de crianças com deficiência.

Para abordarmos esse tema, é importante começar entendendo que a expressão ideal para se relacionar às pessoas com deficiência foi sendo alterado ao longo da história. A partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas em 2008, ficou estabelecido que deveria ser evitado termos como “deficiente”, “pessoas com necessidades especiais”, “portadores de deficiência” ou “portadores de necessidades especiais”. A expressão correta, neste caso, é **pessoa com deficiência**.

O Brasil é signatário desta Convenção e deu força de lei para o texto final, comprometendo-se a garantir que brasileiros/as com deficiência estivessem totalmente incluídos na sociedade. Em 2015, o Brasil também aprovou a **Lei Brasileira de Inclusão**¹, uma legislação ampla sobre os direitos de pessoas com deficiência, a qual é considerada uma grande conquista para as organizações civis que lutam pela inclusão das pessoas com deficiência.

Com novos objetivos, foi desenvolvido o Plano Nacional de Educação². Entre os tópicos previstos está a Meta 4, que diz:

¹ BRASIL. Lei 13.146 de 6 de Julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm
Acessado em 1 de Junho de 2016.

² BRASIL. Ministério da Educação: Plano Nacional de Educação 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20 metas.pdf
Acessado em 1 de Junho de 2016

META 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

1.2 O Desafio de incluir

As escolas e projetos sociais são espaços que precisam acolher a todos, mas para conquistarmos a inclusão nesses espaços, é importante compreendermos que se trata de um processo com poucas fórmulas, mas cheio de desafios que gestores/as e educadores/as precisam encarar juntos.

BATE BOLA

- Em suas atividades, há crianças com deficiência nas atividades regulares?
- Como é feita a acolhida dessas crianças?
- Como você lida com os desafios da inclusão?
- Há dificuldade na relação com os pais de crianças com deficiência?

Foco nas potencialidades

Quando falamos em “pessoas com deficiência” muitos de nós remetemos ao sentido ou habilidade que aquela pessoa não tem: visão, audição, mobilidade etc. Mas como educadores/as, é essencial que possamos focar nas potencialidades dessa criança, pensando sempre nas habilidades dela. Por exemplo: ao receber uma criança surda no grupo, em vez de pensar sobre todas as informações e sons que ele/a não escutará, devemos pensar em todas as possibilidades que se abrem para a comunicação por meio da língua de sinais, pelas expressões corporais, entre outras.

Essa postura positiva diante da diversidade é o que se chama acessibilidade atitudinal. Não envolve, necessariamente, custos ou estrutura para inclusão de pessoas com deficiência. A acessibilidade atitudinal³ envolve empatia e predisposição em incluir a criança nas atividades educacionais, inclusive as esportivas.

³ SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

1.3 Orientações gerais para atender crianças com deficiência

Diversidade na diversidade

É essencial compreender que a classificação “pessoa com deficiência” não significa que todas as pessoas com as mesmas características físicas tenham comportamentos e preferências iguais. Cada deficiência traz seu desafio específico e também existe muita diversidade dentro destes grupos. Mesmo pessoas com a mesma classificação de deficiência precisam ter o contexto e o histórico estudado pelo/a educador/a para que esse possa conhecer as potencialidades e limitações das pessoas com quem irá desenvolver atividades.

Vamos imaginar uma situação em que temos duas crianças cegas. Uma nasceu cega e a outra perdeu a visão ao longo da vida. Será que essas duas crianças terão as mesmas referências sobre o espaço de uma quadra, por exemplo?

OLHO NO LANCE

- Uma pessoa surda não é necessariamente muda também, por isso o termo surdo-mudo é equivocado.
- Evite puxar uma pessoa cega pelo braço quando conduzi-la. Deixe que ela segure em seu braço ou mão, de forma que ela sinta os movimentos como subir ou descer degraus, passando mais segurança e confiança.
- A Paralisia Cerebral, na maior parte dos casos, não afeta o cognitivo da pessoa, trata-se de uma deficiência motora.
- Há diversos diagnósticos dentro do espectro de autismo.
- Em alguns lugares do mundo, doenças como depressão e ansiedade também são consideradas deficiência e são categorizadas como “deficiência emocional”.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

2.1 Breve histórico:

Autonomia e protagonismo: “Nada sobre nós sem nós”.

O processo histórico do movimento das pessoas com deficiência traz uma questão muito importante para pensarmos. Por muito tempo, pessoas sem deficiência foram responsáveis pelas decisões sobre a educação de pessoas com deficiência. Esse processo, de forma geral, dificultou que as próprias pessoas com deficiência pudessem falar sobre suas reais necessidades.

Por isso, é essencial que o/a educador/a abra espaço para as crianças com deficiência, dessa forma eles/as podem colaborar de forma ativa em sua própria formação. Nosso objetivo não é tratá-los/as de forma especial ou diferenciada das outras crianças, mas sim compreender que o ponto de vista deles/as é indispensável, estimulando assim o protagonismo dessas crianças também.



Rede para a Educação Física Inclusiva

É importante lembrarmos que apesar de ter grande responsabilidade no processo de inclusão escolar das crianças com deficiência, os/as educadores/as não podem estar sozinhos. Para isso, podemos formar uma rede de organizações, profissionais e familiares que possam atuar juntos pelo bem-estar social, físico e emocional daquela criança. A figura abaixo ilustra como pode ser desenvolvido o trabalho do/a educador/a com base em uma perspectiva que integre as diversas esferas da vida da criança com deficiência.

CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA - Família - Escola - Profissionais de saúde (Médicos, Fisioterapeutas, Fonoaudiólogos etc) - Atendimento Educacional Especializado - Atividades extracurriculares;

2.2 Nomenclatura e termos específicos

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O que é Tecnologia Assistiva?

Tecnologia Assistiva⁴ é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou com mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Como a Tecnologia Assistiva pode nos ajudar?

É comum associarmos a palavra tecnologia a recursos mais sofisticados, mas no caso da Tecnologia Assistiva, não necessariamente precisamos de estruturas custosas ou equipamentos complexos. Pode também envolver serviços, práticas e metodologias desenvolvidos para promover a autonomia de pessoas com deficiência. Ou seja, gestores e educadores podem ter fácil acesso à tecnologia assistiva. Para uma pessoa com deficiência física como a tetraplegia, por exemplo, existem acessórios como colheres adaptadas, que possuem *velcros* ou pequenas voltas que são facilmente presas ao pulso, e permitem que o usuário faça uma refeição de forma autônoma. Essa colher também é considerada Tecnologia Assistiva.

No Contexto de aplicação da metodologia do Treino Social também é possível pensar em soluções de baixíssimo custo para incluir crianças com deficiência nas atividades. Neste Guia daremos alguns exemplos de adaptações que podem ser desenvolvidas e utilizadas nas atividades esportivas.

BATE BOLA

- Ao receber uma criança com deficiência, você pensa imediatamente nas dificuldades ou nas soluções?
- Você já deixou de incluir uma criança com deficiência nas atividades por falta de recursos financeiros?
- Você já pensou ou utilizou alguma solução considerada Tecnologia Assistiva?
- Como essas soluções são propostas para a criança? Ele faz parte da construção desta solução?

4 Para conhecer mais acesse: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva>

3 METODOLOGIA STEP/PEET

3.1 O que é Metodologia STEP/PEET?

Uma das estratégias mais eficientes para a adaptação de atividades para grupos e crianças é a PEET⁵ - Pessoas, Espaço, Equipamento e Tarefa. Basicamente, ao planejar as atividades de cada treino, podemos pensar em adaptações dentro destas quatro variáveis para nossas atividades.

Exemplo: Uma equipe que tenha mais componentes que outra ou jogadores com mais habilidade devem ser distribuídos pelas equipes de acordo com os objetivos do treino. Isso é a identificação da variável PESSOAS. O tamanho da área da atividade, as distâncias das tarefas podem ser alteradas. Isso é a identificação da variável ESPAÇOS. Os equipamentos podem aumentar ou diminuir de tamanho para facilitar o manuseio ou a interação. Isso é a identificação da variável EQUIPAMENTOS. A identificação dessas variáveis pode ajudar na adequação das atividades, que podem ser modificadas de acordo com o grupo ou com os indivíduos.

Em que situações ela pode ser aplicada?

Nas mais diversas atividades. Por exemplo, em uma tarefa de arremesso ao alvo com uma bola de vôlei: caso uma criança tenha dificuldades de segurar uma bola de vôlei para arremessá-la, podemos trocá-la por uma de tênis (equipamento), fazer o arremesso com duas mãos (tarefa), diminuir a distância do alvo para o arremesso (espaço) ou trabalho em duplas/grupos para chegar até ao alvo (pessoas).

3.2 Exemplos de atividades adaptadas de acordo com a metodologia STEP

Dentro da metodologia do Treino Social, por exemplo, como poderíamos adaptar o jogo da memória para que uma criança cega também pudesse participar?

A principal adaptação não seria feita nas cartas em si (material), mas sim no espaço, organizando as cartas em colunas e linhas sistematizadas. Assim as crianças poderiam selecionar as cartas a serem viradas dizendo o código de coluna e linhas (A3, F7 e assim por diante). Desta forma, enquanto as crianças cegas podem fazer seu mapa a partir de coordenadas, as crianças videntes fazem o mapa mental a partir de informações visuais.

5 Disponível em: <http://topsportsability.co.uk/members/resources/user-manual/STEP>

BATE-BOLA

Vamos propor uma brincadeira. Estendemos uma corda bem próxima ao chão e pedimos para que as crianças passem por cima dela. Gradualmente, aumentamos a altura da corda e continuamos o desafio. Quanto mais alta a corda estiver, a tendência é que menos crianças consigam passar por cima dela, certo? Que solução, nós, educadores/as podemos propor para que as crianças, independentemente de deficiência, possam executar a mesma tarefa?

Um exemplo simples que pode ser feito para incluir crianças com diferentes níveis de habilidade física é colocar a corda em diagonal, e não paralela ao chão. Assim, em vez de propor uma atividade que vá eliminando as crianças conforme a corda vá subindo, pode-se estimular que cada criança encontre a altura em que se sente confiante de pular, para que então no próximo salto exista um desafio maior, pulando um pouco mais alto.

O voleibol, por exemplo, pode ser adaptado: com a mudança da altura da rede ou o tamanho da bola (equipamento); as dimensões da quadra podem ser alteradas (espaço); a tarefa pode ser modificada utilizando as regras do câmbio e o número de atletas também pode mudar (pessoas).

OLHO NO LANCE

Para que uma criança sem mobilidade de pernas possa participar plenamente de um treino social de vôlei, algumas das ações que podem ser feitas:

- Adaptação ou redução da altura da rede (equipamento);
- Definir que todos os jogadores joguem sentados (tarefa);
- Redução do tamanho da quadra (espaço);
- Aumento do número de jogadores em cada equipe (pessoas).

Em um jogo de futebol, podemos mudar as tarefas: colocar a obrigatoriedade de todos tocarem na bola ou que apenas passes possam ser interceptados, sem roubadas de bola. No jogo de basquete: podemos mudar a altura ou tamanho da cesta, o número de jogadores, as quantidades mudanças na regra de quicar a bola.

Essas são algumas das possibilidades que podem ser aplicadas na metodologia do Treino Social, assim como para outras metodologias esportivas. Com a metodologia de adaptação, podemos desenvolver soluções para todas as modalidades, individuais ou coletivas, e incluir todas as crianças nas atividades.

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU reúne artigos de diversas declarações de direitos de outras minorias, como crianças e mulheres. Para esta parte do nosso guia, também vamos ressaltar pontos da metodologia do Treino Social que se aplicam à inclusão de crianças com deficiências.

4

PRINCÍPIOS DO TREINO SOCIAL APLICADOS À CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

O Treino Social inicia com a seguinte introdução: *“Hoje reconhecido como um dos maiores fenômenos socioculturais da humanidade e ‘instrumento de cultura e libertação do homem moderno’ (Belbenoit, 1976), o esporte é um instrumento que colabora com a saúde e com o relacionamento social, incentivando a solidariedade e a amizade”.*

Esses valores não lhe parecem extremamente positivos para crianças com deficiência? O esporte tem o potencial de ser ainda mais libertador, e o espaço de prática de atividade pode ser um espaço onde as crianças encontrem novos paradigmas. A atividade física possibilita que a criança lide com suas potencialidades e não com as suas impossibilidades, algo muito comum quando se fala em pessoas com deficiência. A educação física permite que a criança possa buscar novos desafios na sua relação com o corpo, sociedade e o mundo. Quando nós, educadores/as, trabalhamos isso de forma adequada, o efeito é muito positivo para a qualidade de vida desta criança.

Por outro lado, por lidar diretamente com as questões corporais, o/a educador/a deve tomar muito cuidado para não reforçar inseguranças e estigmas preexistentes na relação da criança com seu corpo.

Em praticamente todos os espaços que a criança com deficiência vive, a grande referência ao seu corpo se dá focada na deficiência. Piadas, referências excessivas e extrema atenção à deficiência devem ser evitadas. Assim, tratar a criança como pessoa e não como deficiente pode ser transformador na vida dele/a.

As habilidades necessárias para ser um treinador estão relacionadas necessariamente ao seu desejo e a sua capacidade de realizar uma atividade inclusiva. É fundamental que ele ou ela, para além das habilidades sociais, tenha motivação pessoal para trabalhar a inclusão. Assim, tendo as habilidades técnicas, educacionais e motivação, o/a educador/a poderá adaptar as atividades de acordo com cada turma, buscando criar atividades que sejam sempre desafiadores para as crianças, assim como o desenvolvimento de suas capacidades físicas e emocionais.

O/A educador/a, recebendo adequadamente a criança, pode se tornar uma referência extremamente positiva ao não tratá-la como coitada ou enxergá-la como uma pessoa limitada, transformando-se em referência que a estimula a sair de sua zona de conforto e a experimentar sucessos e fracassos. Poderá tornar-se, assim, peça fundamental na formação desta criança.

A franqueza, uma boa comunicação e o estabelecimento do diálogo com a família e a criança, lembrando-se sempre do princípio de “nada sobre nós sem nós”, contribuem para o processo de escuta e respeito das opiniões da criança e da família, buscando entender as potencialidades, postos e particularidades dessa criança, para só a partir disso planejar os treinos.

CONVERSANDO COM CRIANÇAS

- Sempre use palavras e atitudes positivas.
- Pergunte se ele/a está confortável naquela situação.
- Para crianças com deficiência visual, busque utilizar referências concretas para descrever uma atividade. Evite termos como “aqui” ou “isso” sem que ela tenha compreendido a que se refere. Sempre que possível, estimule que ela toque em objetos, remetendo nomes às formas.

Neste processo, as informações da família, dos outros profissionais de atendimento especializado e da própria criança serão referências riquíssimas para basear o planejamento do trabalho. Porém é muito importante que não paremos de criar situações desafiadoras para esta criança. Muitas vezes os próprios pais tratam a criança com superproteção, o que aos poucos pode ser modificado, à medida que tanto os pais como a própria criança se sintam mais confiantes e seguros.

Em médio e longo prazo, o trabalho deve ser focado para desenvolver a **autonomia** das crianças, afastando-as ao máximo da posição de superproteção e insegurança. No dia a dia, o princípio norteador deve ser o de criar um ambiente rico em experiências, proporcionando um grande leque de informações físicas para esta criança.

Anexo

Instituições de Referência em atividades físicas inclusivas

Urece Esporte e Cultura para Cegos

Rio de Janeiro. RJ
www.urece.org.br

Associação Niteroiense de Deficientes Físicos

Niterói, Rio de Janeiro
<http://www.andef.org.br/>

Movimento Down

<http://www.movimentodown.org.br/>

Associação de Amigos do Autista

<http://www.ama.org.br/site/>

Confederação Brasileira de Surdos

<http://www.cbsurdos.org.br/>

Instituto Baresi - Síndromes Raras

<https://institutobaresi.com/>

Guia de ONGs e Serviços para Pessoas com Deficiência

Instituto Mara Gabrielli, São Paulo
<http://ongseservicos.org.br/>

